

### **ATA NÚMERO 97/XII (2.ª)**

Aos vinte e nove dias do mês de janeiro de 2013, pelas 10 horas e 30 minutos, reuniu a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, na Sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Audição do Senhor Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares ao abrigo do requerimento protestativo apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS sobre o futuro da RTP e do serviço público de rádio e televisão (n.º 4 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República).

—

Dando início à audição, o Senhor Presidente da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, deputado Mendes Bota, agradeceu a presença do Senhor Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, Miguel Relvas, que pediu para fazer uma intervenção inicial para apresentar os fundamentos da decisão que o Governo tomou na semana anterior, em Conselho de Ministros, sobre a RTP.

O Senhor Deputado Manuel Seabra (PS) manifestou, de imediato, a sua discordância, deixando lavrado o protesto do seu Grupo Parlamentar, na medida em que a intervenção inicial do Senhor Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares não estava prevista na grelha, para além de essa não ser a prática da Comissão em agendamentos potestativos. Referiu também que, no total das três grelhas, o Senhor Ministro teria tempo suficiente para, cumprindo o que está previsto nas deliberações da Comissão e o que está consagrado no Regimento da Assembleia da República, se pronunciar sem ser necessário fazer essa intervenção inicial. Saliou, de novo, que fazia todo o sentido que quem requereu o agendamento potestativo usasse desde logo da palavra, tendo solicitado que ficasse bem vincado em ata o seu protesto e sublinhada a novidade regimental que o Senhor Presidente tinha acabado de introduzir nas audições relativas a requerimentos potestativos.

Na sua intervenção, o Senhor Deputado Manuel Seabra (PS) sublinhou também que os membros da Comissão se tinham habituado, desde que o Senhor Presidente assumiu a presidência, a vê-lo tratar os temas, as pessoas e os partidos com grande isenção; com esta

exceção que pretendia introduzir agora, o Senhor Presidente daria uma lamentável cobertura ao tempo de antena do Senhor Ministro, que, em sua opinião, andou a fugir ao requerimento potestativo durante mais de um mês, desconsiderando e desrespeitando a Assembleia da República tendo, inclusivamente, o descaramento de, na última resposta, invocar motivos de agenda para não cumprir a lei, e estando agora a não querer respeitar as regras do requerimento potestativo.

Terminou a sua intervenção dizendo que o Senhor Presidente da Comissão, pela sua tradição, pelo seu percurso e pelo respeito que merece de todos os Deputados, tinha a obrigação de não dar este tempo de antena ao Senhor Ministro, na medida em que as audições relativas a requerimentos potestativos se iniciam obrigatoriamente dando a palavra a quem as propõe. Disse ainda ser esta a razão de ser do seu protesto e que, por isso, a partir daquele momento, iria ter um comportamento em consonância com aquilo que o Senhor Presidente tinha acabado de fazer.

O Senhor Presidente da Comissão concluiu esta discussão afirmando que, embora não esteja prevista, neste tipo de audições, uma intervenção inicial pela entidade audicionada, também não deixa de ser verdade que em praticamente todas as audições realizadas pela Comissão tem sido concedida essa possibilidade. O Senhor Ministro solicitou autorização para fazer uma intervenção inicial, e o Presidente limitou-se a colocar à consideração da Comissão esse pedido. Ora, não se tendo o Grupo Parlamentar do PSD e o Grupo Parlamentar do CDS-PP oposto à pretensão manifestada, antes pelo contrário, e sendo que os grupos Parlamentares do PCP e do BE também não se opuseram à mesma, embora manifestando a sua discordância e estranheza, o Presidente entendeu conceder a palavra ao Senhor Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares para ultrapassar a questão suscitada e entrar no essencial do debate.

O Senhor Ministro começou por referir que a RTP tem custos insustentáveis para os portugueses, está «sobredimensionada», e que neste momento não há condições de mercado para o Executivo proceder à sua privatização. Sublinhou que 2013 será o último ano em que a RTP terá indemnização compensatória do Orçamento do Estado e que, a partir de 2014, terá que se bastar a si própria através da contribuição do Audiovisual (CAV), uma compensação na ordem dos 140 milhões de euros, e das receitas publicitárias.

Afirmou que a administração da RTP terá de concluir esse processo de modernização e reestruturação até ao dia 1 de março, sendo também necessário que a empresa se associe a um

parceiro tecnológico suficientemente avançado para levar a cabo um «plano de modernização», ou de «transformação», que ajude a colocar a empresa num «caminho de futuro sustentável». Tal modernização será financiada através de uma emissão de dívida junto da banca comercial, portanto, sem recurso direto ao Orçamento do Estado, num valor que poderá atingir cerca de 42 milhões de euros. Por último, referiu-se ao reforço dos canais internacionais, à redefinição do futuro dos canais regionais e das delegações e à aposta na modernização tecnológica e na valorização dos ativos humanos.

Na primeira ronda de intervenções usaram da palavra os Senhores Deputados Manuel Seabra (PS), Bruno Dias (PCP), Cecília Honório (BE), Raúl de Almeida (CDS-PP) e Francisca Almeida (PSD).

O Senhor Deputado Manuel Seabra (PS) colocou questões sobre o desenvolvimento de todo este processo de «venda», «encerramento», «privatização», «concessão», «reestruturação» da RTP desde o seu início; a razão de ser de tanto amadorismo, de tantas hesitações, de tanta leviandade, levando à introdução de uma notória instabilidade no mercado, prejudicando os canais generalistas já instalados, e a estimativa de quanto é que o Estado pretende encaixar neste processo.

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) solicitou esclarecimentos sobre o número de postos de trabalho a ser extintos na RTP e na rádio, o futuro das delegações regionais e das delegações nas regiões autónomas, o perfil da parceria tecnológica, o aumento da contribuição para o audiovisual e a limitação à publicidade na RTP.

A Senhora Deputada Cecília Honório (BE) colocou questões sobre o futuro do serviço público de televisão, a possibilidade de uma futura privatização da RTP, as consequências da reestruturação, os despedimentos e o papel e funções do Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares em todo este processo.

O Senhor Deputado Raúl de Almeida (CDS-PP) referiu-se à aposta na RTP Internacional, às sinergias com a LUSA, à otimização dos recursos e à sustentabilidade dos recursos pagos por todos os cidadãos.

A Senhora Deputada Francisca Almeida (PSD) questionou o Senhor Ministro sobre a possibilidade de se fazer mais com menos dinheiro, apostando na sustentabilidade das contas da

RTP e num serviço de excelência, e na defesa do interesse público de rádio e televisão que custe menos aos contribuintes.

O Senhor Ministro respondeu individualmente a cada um dos Senhores Deputados no seguimento das respetivas intervenções, tendo referido que, até ao fim de 2014, tem que estar concluído o processo de reestruturação e modernização; que o custo do serviço público não poderá ser superior ao correspondente à taxa do audiovisual e à capacidade de gerar receitas; que tem de haver uma aposta na qualidade para ganhar a disputa das audiências, e um reforço nos serviços da RTP África e da RTP Internacional; que não haverá aumento da publicidade de 6 para 12 minutos; que o Ministro da tutela traça apenas as linhas gerais e não tem que acompanhar a gestão da RTP; que vão ser estabelecidas sinergias com a LUSA; que o parceiro tecnológico (que não operadores) é uma forma de captar conhecimentos e inovação para que a empresa possa ter competitividade; e que vai ser feito um reforço na academia de formação no Porto.

Na segunda ronda de intervenções usaram da palavra os Senhores Deputados Inês de Medeiros (PS), Carla Cruz (PCP), Cecília Honório (BE), Vera Rodrigues (CDS-PP) e Rosa Arezes (PSD).

Foram reiteradas muitas das questões anteriormente colocadas, além de terem sido solicitados esclarecimentos sobre a independência do serviço público face ao poder político; o serviço público dos *media*; a criação do mercado único digital; a taxação dos motores de busca; a cópia privada; os direitos de autor e direitos conexos; o redimensionamento dos centros regionais e das delegações; os serviços de onda curta; o centro de produção do Porto; os parceiros pensados para a parceria tecnológica; o despedimento de trabalhadores e a possibilidade de reduções salariais.

O Senhor Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares respondeu, no final e em bloco, às questões colocadas.

Na terceira ronda de intervenções usaram da palavra os Senhores Deputados Manuel Seabra, Inês de Medeiros (PS), Jacinto Serrão (PS), Carla Cruz (PCP), Bruno Dias (PCP), Cecília Honório (BE), Adolfo Mesquita Nunes (CDS-PP), Ana Sofia Bettencourt (PSD) e Carla Rodrigues (PSD).

O Senhor Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares respondeu, no final e em bloco, às questões colocadas.



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

---

A audição foi gravada e o seu registo vídeo está disponível para consulta em <http://www.canal.parlamento.pt/>, razão pela qual não se faz o seu desenvolvimento nesta sede.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada pelas treze horas e vinte e cinco minutos, dela se lavrando a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, vai ser assinada.

Palácio de São Bento, 29 de janeiro de 2013

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO,**

**(José Mendes Bota)**

### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adolfo Mesquita Nunes  
Ana Sofia Bettencourt  
Carla Cruz  
Carla Rodrigues  
Cecília Honório  
Francisca Almeida  
Inês de Medeiros  
Jacinto Serrão  
João Portugal  
Lídia Bulcão  
Luís Pita Ameixa  
Manuel Seabra  
Maria da Conceição Caldeira  
Mendes Bota  
Odete Silva  
Paulo Rios de Oliveira  
Pedro Delgado Alves  
Raúl de Almeida  
Rosa Arezes  
Sérgio Azevedo  
Bruno Dias  
Filipe Neto Brandão  
João Lobo  
Vera Rodrigues

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Oneto



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

---

*A presente ata foi aprovada em reunião da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, realizada no dia 28/05/2013.*